

## PARLAMENTO

# Vitória do governo na luta por arrecadação

Congresso vai instalar hoje a comissão para avaliar a MP das subvenções de ICMS

» EDLA LULA

"Atravessamos um rio Amazonas para chegar até aqui", disse ontem, ao **Correio**, o líder do governo no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), ao descrever a dificuldade nas negociações para fazer emplacar a medida provisória das subvenções do ICMS (Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços).

Considerada uma das matérias mais importantes para que o governo consiga ampliar a arrecadação de impostos em 2024, a MP 1.185/2023 chegou ao Congresso em agosto, sob forte resistência, e somente hoje terá a sua comissão instalada.

Com a MP, que deve ampliar a arrecadação em R\$ 35 bilhões, o Executivo começa a destravar a pauta econômica para que seja possível discutir o Orçamento de 2024.

"Tudo o que tinha de ser negociado (sobre a MP) nós negociamos, e vamos para a comissão com a certeza de que vamos aprovar a matéria da melhor maneira para todos", comentou Randolfe. Ante a intensa negociação, ele acredita que a votação pode ocorrer ainda este mês.

O senador destacou que o governo aceitou incorporar sugestões apresentadas pela Frente Parlamentar do Empreendedorismo, para facilitar a tramitação da matéria. Entre esses pontos, está o conceito mais específico de termos como "investimento" e "custeio", uma vez que a MP permite que se mantenha o crédito tributário somente referente a subvenções para investimento, tirando o benefício no caso das subvenções usadas para custeio.

A instalação da comissão foi acertada em café da manhã oferecido pelo presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), a líderes da base aliada, na residência oficial.

Ficou acertado o nome do deputado Luiz Fernando Faria (PSD-MG) como relator da MP. O presidente da comissão será designado hoje. Um dos nomes cotados para ocupar a função é o do próprio líder do governo. Mas, segundo Randolfe,

Marcos Oliveira/Agência Senado



**Tudo o que tinha de ser negociado (sobre a MP) nós negociamos, e vamos para a comissão com a certeza de que vamos aprovar a matéria da melhor maneira para todos"**

**Randolfe Rodrigues (sem partido-AP), líder do governo no Congresso**

"algumas negociações ainda precisam ser concluídas para se definir o presidente".

## Offshores

Além da instalação da comissão especial, o governo deve contar com outra vitória hoje, com a aprovação, no plenário do Senado, de dois projetos de lei que, juntos, somam cerca de R\$ 25 bilhões, segundo Randolfe.

Um deles é o projeto que taxa os fundos dos bilionários — os

exclusivos e aqueles feitos no exterior, chamados de offshore. O outro é o projeto de lei que regulamenta as apostas on-line.

Até mesmo a oposição já reconhece que esses dois PLs serão aprovados. Ontem, em conversa com o **Correio**, o líder da oposição, senador Rogério Marinho (PL-RN), não quis revelar seu voto. "Estou estudando", brincou, mas admitindo que a matéria será aprovada. "A oposição apoia esses projetos do governo que aumentam a arrecadação e podem ajudar na manutenção do equilíbrio fiscal", disse, em conversa com jornalistas. "Na hora em que se trata da melhoria da condição fiscal do país, o governo e o Brasil vão contar conosco."

Ele deixou claro, porém, que vislumbra um "desastre" em relação ao gasto público, com previsão, no relatório de avaliação de receitas e despesas do governo, de déficit de R\$ 177 bilhões este ano. "Enquanto o governo fala sobre responsabilidade fiscal, a pauta que ele nos traz, via de regra, é de furar o casco fiscal do Brasil."

Outra matéria cara ao Planalto, a proposta de emenda constitucional (PEC) que trata da Reforma Tributária segue indefinida

até o fechamento desta edição. O tema foi tratado ontem, em reunião de líderes, mas, segundo fontes que acompanham as discussões, não foi fechado o calendário de tramitação.

Na Câmara, para onde a matéria voltou depois de muitas modificações feitas no Senado, há quem diga que ela não será votada este ano.

"Existem resistências, não apenas de setores da economia que foram desfavorecidos com as alterações feitas no Senado. E entre estados e municípios também há muita insatisfação", observou o deputado Pedro Lupion (PP-PR), presidente da Frente Parlamentar da Agropecuária.

O líder do governo no Congresso, no entanto, frisou que "a Reforma Tributária, de todas as matérias em discussão, é a que está mais bem encaminhada". Segundo Randolfe, a votação será concluída na semana entre 11 e 15 de dezembro.

A maior dificuldade diz respeito aos 35 vetos presidenciais que precisam ser discutidos em sessão do Congresso. Por isso, ainda não há uma definição de quando o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), pretende agendar o debate.

## NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br

## Brasil mira oportunidades na COP28, em Dubai

Cerca de 2,4 mil brasileiros deverão participar da Conferência das Partes (COP) da Convenção-Quadro das Nações Unidas para Mudanças Climáticas (UNFCCC), em Dubai, das quais aproximadamente 400 formam a delegação do governo brasileiro. Com uma escala em Riad, capital da Arábia Saudita (cuja importância para o Brasil tem a ver com seu poder de investimento e papel nas negociações da guerra de Gaza), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva está acompanhado de 12 ministros, entre os quais Marina Silva, do Meio Ambiente, uma das estrelas da COP28.

A realização da COP em Dubai, de 30 de novembro a 12 de dezembro, em si, é objeto de polêmica. Chega a ser irônico que o país-sede do evento tenha como principal negociador o presidente-executivo da empresa petrolífera estatal, Sultan al-Jaber. Petróleo, gás e carvão são vilões do clima, devido ao efeito estufa, uma das principais causas do aquecimento global, em consequência da grande liberação de dióxido de carbono na atmosfera. Com a guerra da Ucrânia e a implosão do gasoduto russo que abasteceria a Europa Ocidental, a petroleira expande sua produção, como as demais, inclusive a Petrobras.

Dubai é a maior cidade dos Emirados Árabes Unidos. Está localizada na costa leste da península Árabe e ao sul do Golfo Pérsico, sendo um case de modernização. O poder de atração que exerce está associado a suas belezas naturais, como as praias paradisíacas e o deserto, à cultura árabe em contraste com sua arquitetura futurista projetada para ser um grande centro financeiro e incrementar o turismo de negócios.

Os Emirados têm uma estratégia para sobreviver à ultrapassagem da economia do carbono em duas gerações. Por exemplo, Dubai planeja consumir 25% de energia de fontes renováveis em 2030 e 75% em 2050. Seus fundos de investimentos já são responsáveis por investimentos da ordem de US\$ 20 bilhões em energias renováveis.

É interessante comparar o esforço dos Emirados Árabes de se preparar para o pós-petróleo com a política energética brasileira, cujas matrizes principais ainda são o petróleo e a energia hidroelétrica, mas tem enorme potencial para produção de energias alternativas. A COP28 é uma oportunidade de protagonismo mundial para o Brasil na questão ambiental.

## Transição energética

O Brasil já passa por uma rápida expansão da geração de energia eólica e solar, porém a falta de investimentos e planejamento gera instabilidade no sistema nacional de transmissão de energia, como aconteceu em agosto com o apagão do Norte e do Nordeste, provocado por uma sobrecarga de energia solar e eólica no Ceará. Para superação do problema, a chave é o armazenamento de energia, que atrai grandes investimentos chineses, europeus e árabes para o setor. Segundo o empresário Márcio Toledo, presidente da Armazene, "é preciso regulamentar e fomentar o desenvolvimento do setor para aproveitar as oportunidades geradas pela energia limpa e o combustível (hidrogênio) verde, de forma sustentável, segura e comprometida socialmente".

O mundo pressiona a indústria do petróleo e do gás a tomar medidas para expansão de tecnologias limpas, como a energia eólica e solar. Espera-se que a COP28 reitere o objetivo de limitar a 1,5°C os aumentos de longo prazo da temperatura global, conforme o Acordo de Paris, de 2015, firmado por 220 países. Estima-se que o aquecimento do planeta chegará de 2,4°C a 2,7°C até 2100, agravando um problema que todos estão sentindo: os eventos extremos.

Na COP, as principais questões a serem debatidas são acelerar a mudança para fontes de energia limpas para "reduzir" as emissões de gases com efeito de estufa antes de 2030; distribuir recursos para a ações climáticas dos países mais ricos para os mais pobres e trabalhar num novo acordo para as nações em desenvolvimento; focar as políticas de desenvolvimento na natureza e nas pessoas, de forma mais inclusiva, principalmente na alimentação, na saúde e na renda.

Os grandes ausentes do encontro são o presidente dos Estados Unidos, Joe Biden, e o presidente da China, Xi Jinping, mas o primeiro-ministro do Reino Unido, Rishi Sunak, participará. O rei Charles, que sempre foi um ativista ambiental, fará o discurso de abertura aos delegados em 1º de dezembro. Com certeza, as tradições entre os governos e o movimento ambientalista emergirão com força, porque milhares de instituições de caridade ambientais, grupos comunitários, think tanks, empresas e grupos religiosos estarão representados no encontro.

O foco das tensões será o debate sobre o uso de combustíveis fósseis. Os países desenvolvidos, que se propunham a liderar a conversão energética, voltaram a queimar mais carvão, petróleo e gás sem investir em tecnologias para capturar as suas emissões na escala necessária. A COP27 aprovou a criação de um fundo de "perdas e danos" para os países mais ricos pagarem aos mais pobres, que enfrentam os efeitos das alterações climáticas. Mas até hoje nada se fez para efetivá-lo. Os EUA descartaram o pagamento de reparações climáticas pelas suas emissões históricas. Em 2009, os países desenvolvidos comprometeram-se a doar US\$ 100 bilhões (R\$ 490 bilhões) por ano, até 2020, aos países em desenvolvimento, para reduzir as emissões e se preparar para as alterações climáticas. A meta não foi atingida.

## Articulação para derrubar veto à desoneração

Treze frentes parlamentares se uniram em um manifesto para defender a derrubada do veto integral do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao projeto que prorroga a desoneração da folha de pagamento de 17 setores da economia. O documento é endereçado aos presidentes da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), e do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG).

No texto, as lideranças afirmam que "a derrubada do veto é o caminho mais acertado para

dar segurança e garantir os empregos que serão impactados". Os parlamentares afirmam que estão cientes de que o governo fará uma proposta alternativa, mas alegam que não haveria tempo hábil para discutir a nova medida até 31 de dezembro, quando se encerra o benefício.

"Se o governo tem uma proposta melhor, estamos abertos a discutir, mas não podemos correr o risco de que isso não se concretize até o fim deste ano", afirma o presidente da Frente

Parlamentar do Empreendedorismo (FPE), deputado Joaquim Passarinho (PL-PA).

Além da FPE, assinam o documento as frentes do Comércio e Serviços (FCS); da Agropecuária (FPA); do Livre Mercado (FPLM); da Mulher Empreendedora (FME); da Mineração Sustentável (FPMIn); da Indústria (FPMI); do Material de Construção (FMC); de Máquinas e Equipamentos (FPMaq); em Defesa do Setor Coureiro e Calçadista; do Biodiesel (FPBio);

pelo Brasil Competitivo; e em Defesa da Desoneração da Folha de Pagamento.

De acordo com o senador Efraim Filho (União Brasil-PB), autor do projeto da desoneração, as frentes já têm os votos necessários para derrubar o veto — inclusive, segundo ele, de parlamentares da base do governo —, e o maior desafio agora é conseguir pautar a votação. A expectativa, disse o parlamentar, é de que o assunto seja apreciado no próximo dia 15.



## Nova rodoviária do Sol Nascente/Pôr do Sol. Mais conforto para 45 mil passageiros de ônibus.

Os moradores do Sol Nascente/Pôr do Sol ganharam uma rodoviária novinha para dar mais conforto a quem usa o transporte público todos os dias na região. E as obras não param, melhorando a vida da população. É trabalho que você vê, com melhorias que você sente.